



**SILÊNCIO** - Vannuchi, que já era cobrado por famílias de mortos por rever texto original, sofre derrota e deixa reunião com Lula e Jobim calado

## Enquadrado, Vannuchi considera solução satisfatória e fica no cargo

SYS 87 9494

**Roldão Arruda**

O ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que ameaçou deixar o governo caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva suprimisse a questão da Comissão da Verdade do Programa de Direitos Humanos, considerou satisfatória a solução apresentada ontem. Ele acredita que a espinha dorsal da proposta da comissão foi mantida e não houve recuo.

Ao sair da reunião com o presidente e o ministro Nelson Jobim, ele comentou com seus assessores que, por enquanto, não deve deixar o governo. Fez questão de destacar a expressão "por enquanto", pois sabe

que a crise ainda pode ter desdobramentos; e que ainda haverá disputas na constituição do grupo de trabalho que vai preparar o projeto de lei sobre a Comissão da Verdade.

Vannuchi não quer causar nenhum constrangimento a Lula. Petista, considera-se um ministro da casa, que pode ser sacrificado a qualquer hora em benefício do governo.

Internamente, ele foi criticado por Lula por ter incluído no programa a proposta de apoio ao projeto de lei que descriminaliza o aborto. Entre as mais de 500 propostas do programa, essa foi a que mais causou desconforto ao presidente. Para ele, o tema é delicado demais para ser

tratado de forma tão incisiva.

As reclamações já levaram Vannuchi a fazer uma espécie de autocrítica. No interior do governo, admitiu que teria sido melhor propor um debate aberto e intenso sobre o tema.

A reunião de ontem durou cerca de 50 minutos. Foi mais rápida e menos tensa do que se previa, em decorrência dos acontecimentos no Haiti. Vannuchi, amigo de Zilda Arns, da Pastoral da Criança, parecia abalado com a notícia de sua morte durante o terremoto.

O ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social, também participou do encontro. O presidente falou sobre o novo decreto, criando o

grupo que vai preparar o projeto de lei sobre a Comissão da Verdade. Mostrou o texto e, diante da anuência de Vannuchi e Jobim, pediu que evitem novas declarações polêmicas.

Lula procura concentrar a conversa nos pontos que considera realmente polêmicos. Até agora isso não inclui os ataques da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que vê no programa uma ameaça à propriedade privada.

Vannuchi argumenta que o programa recomenda apenas maior atenção das autoridades policiais nas ações de reintegração de posse, para evitar atos de violência, como o de Eldorado dos Carajás. É apoiado por alguns setores do governo, que tendem a minimizar as críticas da CNA. Para tais setores, a senadora teria transformado a entidade num palanque do DEM. ●

## Erros políticos marcam condução da proposta

Para integrantes do Planalto, confusão e pouco caso acabaram comprometendo aspectos positivos do plano

**João Domingos**  
BRASÍLIA

Negligenciado nas duas semanas em que ficou nas gavetas da Casa Civil antes de seguir para a cerimônia de assinatura do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 21 de dezembro de 2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) vicejou em meio à confusão e ao pouco caso. Com isso, segundo avaliação de integrantes do Planalto, aspectos positivos do programa foram colocados na berlinda.

No dia 1º de setembro, uma cópia foi entregue pessoalmente ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, pelo ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Era exatamente igual à que se transformaria dois meses e vinte dias depois no polêmico Decreto 7037. Mas Jobim só vi-

ria a se manifestar sobre o conteúdo depois da assinatura do decreto. Até ameaçou se demitir, em protesto contra uma possível revisão da Lei da Anistia.

A confusão que antecedeu a edição do decreto e permitiu que fossem reunidos retrocessos políticos e avanços numa bandeira inquestionavelmente correta - da qual o Brasil é signatário em tratados internacionais numa mesma peça jurídica - acabou por afetar os aspectos positivos do programa.

Coordenado de forma pessoalista por Vannuchi, o decreto que instituiu o programa não carrega para o governo uma agenda negativa. Sem saída, restou ao presidente Lula o recuo, com a convocação de um grupo de trabalho para atacar um dos pontos polêmicos: a Comissão da Verdade. O grupo, criado ontem, por outro decre-

to, a ser publicado hoje no *Diário Oficial da União*, ficará encarregado de fazer o anteprojeto a ser enviado ao Congresso.

"Eu acompanhei todo esse debate. O que deu de errado, e que atrapalhou muito uma bandeira universal, foi essa história da Comissão da Verdade sem um

### Faltou deixar claro que Lei de Anistia não seria revista, avalia Genoio

texto que deixasse claro que não se tentaria mexer na Lei da Anistia", disse o deputado José Genoio (PT-SP). "Acho que agora as coisas vão se encaminhar para uma solução, pois os ministros Jobim e Vannuchi começaram a conversar, de fato."

Depois de todas as trapaçalhadas provocadas pelo decreto do programa, Lula foi obrigado a garantir aos militares que não permitirá discriminação na questão da anistia. "A Comissão da Verdade não tem nada a ver com a Lei da Anistia. A questão política já está resolvida, não será desencavada", declarou Genoio.

O deputado admitiu que o clima de confusão acabou por levar ao PNDH culpa que não lhe cabia. "Estão criticando a união de homossexuais e o aborto. O programa apenas faz menção a esses temas, mas está pagando por eles. Fui eu que, em 2008, apresentei um projeto de lei autorizando o casamento de pessoas do mesmo sexo e o aborto. Muito antes de se falar em decreto de programa de direitos humanos."

Por enquanto, Lula não decidiu se mudará a parte relativa ao controle social da mídia. No decreto, é sugerida a criação de um ranking de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos. Entidades dos meios de comunicação criticam o decreto por violar a liberdade de imprensa, o que é inconstitucional. ●

## Militantes históricos negam tom revanchista

Um grupo de defensores históricos dos direitos humanos encaminhou ao presidente Lula uma carta reservada, na qual expressa apoio ao Programa Nacional de Direitos Humanos e defende a criação e a instalação de uma Comissão da Verdade. Entre as pessoas que assinaram a carta, à qual o *Estado* teve acesso, aparecem Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do antigo 2º Exército, em São Paulo, em 1975; e Tereza de Lourdes Martins Fiel, viúva do operário Manuel Fiel Filho, assassinado nas mesmas condições, em 1976.

A lista é encabeçada pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, principal responsável pelo projeto *Brasil Nunca Mais* - o primeiro grande levantamento sobre violações de direitos humanos ocorridas na ditadura, divulgado na década de 80.

Aparecem ainda ao pé da carta, entre outros, Chico Buarque de Holanda, compositor; Fernando Moraes, jornalista e escri-

tor; Candido Mendes, educador; Antonio Candido, crítico literário; Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político e relator da ONU para assuntos de direitos humanos; Maria Victoria Benevides, cientista política; Abdias do Nascimento, escritor e ativista do movimento negro, e d. Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Xingu.

Os signatários argumentam que a proposta da comissão não é revanchista e pode ajudar na consolidação da democracia brasileira. "Não pode ser chamada de revanchista uma proposta que se limita a jogar luz sobre as violências praticadas nos porões da repressão política", afirmam. "Os povos que se recusam a aprender com seus próprios erros estão condenados a repeti-los. É do futuro que estamos falando."

As próprias Forças Armadas poderão se beneficiar desse exame do passado, segundo a carta, porque "permitirá separar o joio do trigo". ● R.A.

● Mais informações na pág. A6